



SOFRE O PROFESSOR, SOFRE TODA A EDUCAÇÃO

Condições de trabalho inadequadas e desinteresse de pais e alunos levam professores a quadros de estresse e outras doenças; iniciativas mostram que o melhor caminho para a solução do problema está na prevenção

Não é nenhuma novidade que os problemas da educação brasileira afetam a qualidade do ensino. Entretanto, há outra consequência proveniente de fatores como a má administração do investimento público em educação, a falta de união entre a equipe docente (e entre esta e seus gestores) e, ainda, a sobrecarga de trabalho e a desvalorização do professor por parte da sociedade. O reflexo de tudo isso também pode ser medido nas licenças concedidas aos professores em decorrência de problemas de saúde, bem como no absenteísmo docente.

As causas das diversas doenças que acometem o educador hoje em dia podem estar relacionadas tanto à sua vida pessoal como profissional. Entretanto, estudos como a pesquisa "Saúde e condições de trabalho do professor", do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), reforçam a influência das condições de trabalho na qualidade de vida dos docentes. Realizado pela primeira vez em 2003 e atualizado em setembro de 2010, o estudo resultou em 1.615 questionários válidos respondidos pelos professores. Do total desse universo, 34,4% tiveram afastamento por motivo de doença e 42,5% disseram ter tido alguma doença relacionada ao trabalho em 2010. Questionados

sobre os sintomas que apresentavam na época, 81,6% disseram sentir cansaço; 67,8%, nervosismo; 65,8%, problemas com a voz; 63,9%, dores de cabeça e 62,2%, ansiedade, entre outras manifestações, como dores nas pernas e na coluna, angústia, sonolência e in-

sônia. Além disso, o estresse figurou em primeiro lugar entre os diagnósticos confirmados de doenças (48,5%), seguido, em segundo lugar, por problemas de voz (30%).

A incidência de doenças denominadas "mentais e comportamentais" entre os educadores também é verifica-

da em outros estudos. A pesquisa mais recente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realizada em 2003, constatou que a maior causa dos afastamentos do trabalho ocorreu devido a sintomas da síndrome de *burnout* (leia sobre essa doença na página 24, na primeira reportagem da *Série Saúde do Professor*). Foram entrevistados 4.656 trabalhadores em educação, em dez Estados (Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins), e em todos os níveis e redes de ensino. "Recentemente, em Pernambuco, o diretor da Junta Médica Estadual apresentou ao sindicato local o levantamento realizado sobre o motivo dos afastamentos e rea-

"Ainda combatemos os sintomas, quando as **CAUSAS** é que devem ser combatidas para prevenirmos o adoecimento profissional"

Maria Izabel Azevedo Noronha,
presidente da Apeoesp

Para reverter o problema

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), existe a necessidade urgente de estabelecer políticas preventivas que visem cuidar mais e melhor da saúde dos trabalhadores em educação. De acordo com a CNTE, essas políticas devem garantir:

- **Valorização profissional:** salários acima do estabelecido na lei do piso; planos de carreira que incentivem a formação, o desempenho profissional e o tempo de serviço prestado ao ente federado, preferencialmente com incentivo à dedicação exclusiva.
- **Condições de trabalho adequadas:** limitação do número de estudantes por turma e realização de concursos públicos para preenchimento dos cargos vagos.
- **Gestão democrática:** eleição direta para diretores de escolas, conselhos escolares e criação de coletivos nas unidades de ensino que façam o acompanhamento efetivo da saúde dos trabalhadores, com o apoio das secretarias de Educação e Saúde dos Estados e municípios, que garantam a prevenção e o apoio necessário nos casos de doenças notificadas no ambiente escolar. Os coletivos seriam formados por trabalhadores da escola apoiados pelos núcleos de assistência à saúde das Secretarias de Educação.

daptações funcionais dos professores, chegando a quase 49% os afastamentos decorrentes de problemas de saúde mental, sendo os outros 51% distribuídos entre problemas na voz, ortopédicos e reumatológicos”, acrescenta a secretária de Saúde do Trabalhador da CNTE, Antonieta Trindade.

Para a secretária, as condições de trabalho e os baixos salários são fatores que interferem diretamente no adoecimento dos trabalhadores em educação. E ela não está sozinha nessa observação. A pesquisa da Apeoesp levantou as situações que causam sofrimento no trabalho do professor. Em ordem decrescente, as cinco primeiras são: dificuldades de aprendizagem dos alunos (75,5% das respostas), superlotação das salas de aula (66,2%), jornada de trabalho excessiva (60,1%), violência na escola (57,5%) e situação social dos alunos (49,1%) – veja abaixo o quadro completo das situações.

O terceiro item – jornada de trabalho excessiva – é reforçado por Antonieta. Segundo ela, em razão da

necessidade de sobrevivência, os professores passaram a optar por mais de um vínculo de trabalho e alguns chegam a assumir 350, 400 aulas mensais, trabalhando nos três turnos. Na pesquisa da CNTE, 16,5% dos pesquisados disseram exercer outro trabalho remunerado.

Segundo a secretária, como se já não bastasse a sobrecarga de trabalho muitos docentes ainda precisam trabalhar em escolas com salas lotadas, sem a acústica necessária para propagar facilmente o som, sem microfones, com reduzida iluminação e ventilação e convivendo com a ausência de políticas que procurem eliminar os fatores desencadeadores da violência. “Mantidas essas condições, as doenças chegarão bem antes que o benefício da aposentadoria.”

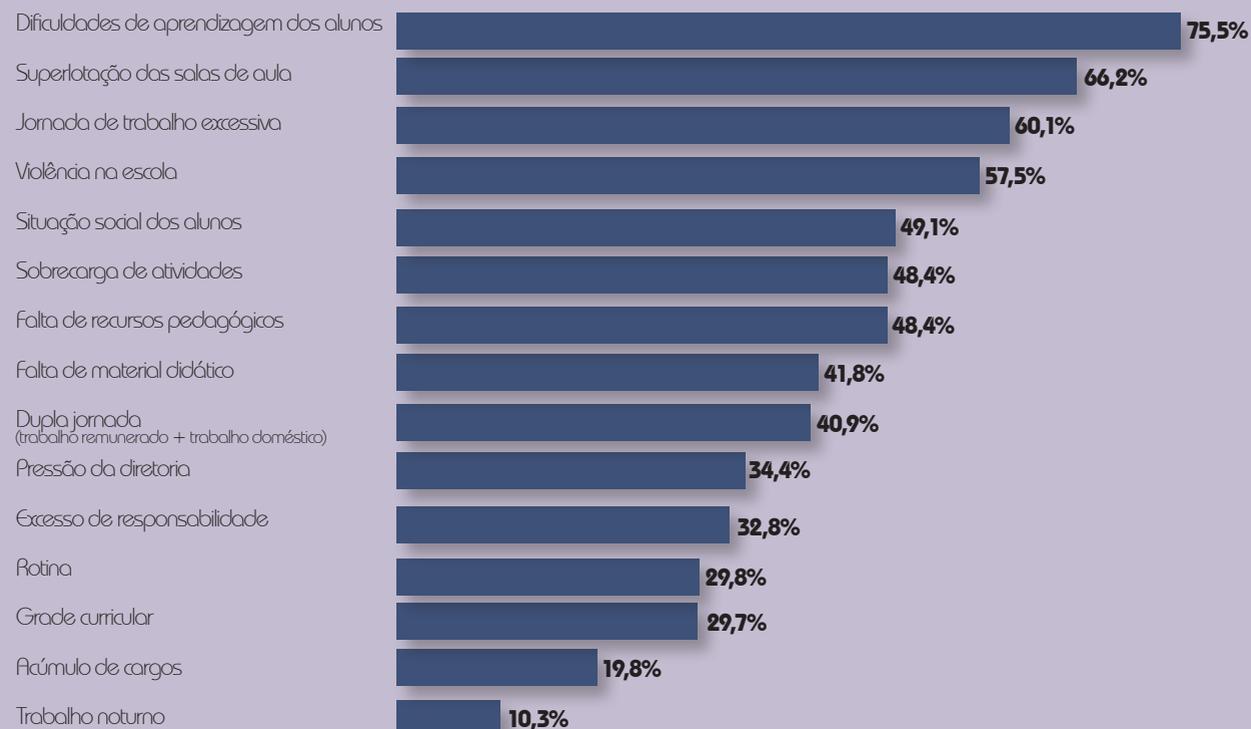
Para a professora Maria Izabel Azevedo Noronha, presidente da Apeoesp, até mesmo escolas recém-construídas não oferecem condições ideais de luminosidade, acústica, dimensões das salas de aula e localiza-

ção da lousa, por exemplo. “Faltam políticas educacionais condizentes com essa necessidade [melhores condições]. As salas estão superlotadas, há violência nas escolas e falta infraestrutura. Tudo isso causa o aumento do adoecimento profissional”, afirma. Dentre as situações na escola que interferem no desempenho do trabalho docente, conforme apontado pelo estudo da Apeoesp, estão: o barulho (75,7%), o calor (52,4%), a poeira (51,1%), a ventilação insuficiente (50,2%) e a iluminação precária (27,6%), entre outros fatores.

Consequências e prevenção

Segundo levantamento feito pela Secretaria de Gestão Pública do Governo do Estado de São Paulo à *Profissão Mestre*, no período de janeiro a novembro de 2011 foram concedidas licenças a 49.739 professores da rede de ensino básico desse Estado para tratamento de saúde. Dentre as principais justificativas para a concessão dessas licenças estão problemas rela-

Situações que causam sofrimento no trabalho do professor



Fonte: Pesquisa “Saúde e condições de trabalho do professor” realizada pela subseção do Diócesis/Apeoesp-CEPES

cionados a transtornos ansiosos, problemas de coluna, nas cordas vocais, depressão e problemas ginecológicos. A Secretária da Educação do Estado de São Paulo lançou o programa “SP Educação com Saúde”, implantado em fevereiro de 2011, que recebeu R\$ 27 milhões em investimentos para reduzir as faltas e licenças médicas. Nessa fase inicial, o projeto está em andamento em 13 diretorias de ensino e 1.057 escolas estaduais da capital, visando beneficiar 69 mil servidores.

Em todo o País, independentemente de as motivações para esses tipos de licenças serem pessoais ou profissionais, a forma como o professor é substituído em sala de aula interfere na qualidade da educação. Na visão de Antonieta, a quebra do ritmo e a substituição precária afetam a aprendizagem. Ela explica que faltam docentes, principalmente porque a profissão não é atrativa para a juventude em função dos baixos salários e condições de trabalho, e há disciplinas (como Física, Matemática, Biologia e Química) em que a carência de educadores é mais grave. “Muitos professores estão em condições de solicitar a aposentadoria, mas se todos solicitarem o benefício, dificilmente haverá como fazer essa reposição de cargos.



Para a secretária de Saúde do Trabalhador da CNE, **Antonieta Trindade**, as condições de trabalho e os baixos salários são fatores que interferem diretamente no adoecimento dos professores

Em Pernambuco, por exemplo, mais de 5 mil professores atingiram os critérios para a aposentadoria em 2011.” Antonieta acrescenta que “a contratação temporária é nefasta para o trabalhador, que recebe salários ainda mais baixos e deixa de ter uma série de direitos”.

Para Maria Izabel, o aluno é penalizado com a rotatividade de professores, que interfere na qualidade do processo ensino-aprendizagem. Ela defende que o docente não se afasta porque deseja, mas sim por ter adoecido no exercício da profissão. “Sem uma política de prevenção e promoção da saúde dos professores, continuaremos a viver esse ciclo prejudicial à educação.” A presidente da Apeoesp aponta a direção para que esse ciclo seja quebrado: “Ainda combatemos os sintomas, quando as causas é que devem ser combatidas para prevenirmos o adoecimento profissional. Melhores salários e condições de trabalho, jornada adequada, respeito e valorização. Este é o caminho.”

Outra medida, segundo Maria Izabel, seria um plano de carreira no sistema público de ensino. Primeiro porque valorizaria os docentes com melhores salários, para que pudessem ter uma vida melhor. E, segundo, porque também poderia definir uma jornada de trabalho condizente com as necessidades do professor, como determina a Lei 11.738/08, que criou o piso salarial profissional nacional e estabelece que, no mínimo, 1/3 da jornada do docente seja destinado a atividades fora da sala de aula. “Nas diretrizes nacionais para os planos de carreira do Magistério e também dos funcionários da educação, dos quais fui relatora no Conselho Nacional de Educação (CNE), também propusemos uma comissão paritária envolvendo governo, profissionais da educação e a sociedade para aprimorar as condições de trabalho e de ensino-aprendizagem e promover a saúde dos profissionais”, acrescenta.

O papel dos gestores

A falta de apoio da direção da escola, principalmente quando o profes-

or enfrenta algum problema relacionado ao contexto escolar, é apontada por muitos professores como um fator que contribui para situações de estresse (veja o depoimento da professora Polyana Andreza da Silva Costa, na página 28). “Gestores autoritários, que não se submeteram a um processo de eleições diretas, e não atuam coletivamente na gestão escolar, apoiados pelo conselho escolar e realizando reuniões para discutir os problemas da escola, da política pedagógica e dos trabalhadores, terminam por agravar os problemas de saúde, e quando passam a perseguir determinados professores criam um ambiente propício para o aparecimento de problemas de saúde mental”, afirma Antonieta. Maria Izabel ressalta que o diálogo entre gestores e docentes nem sempre é fácil. “Há, infelizmente, ainda, uma cultura em que muitos diretores se referem à unidade escolar como ‘a minha escola’ e aos professores como ‘os meus professores’. Precisamos avançar na gestão colegiada, democrática, das unidades escolares para que esse problema possa ser superado.” ■

A série Saúde do Professor na Profissão Mestre

Veja a programação dos temas durante as edições do ano:

- Estresse e burnout (fevereiro)
- Depressão (março)
- A síndrome do pânico e a ansiedade (abril)
- O bom uso da voz (maio)
- Problemas posturais mais comuns (junho)
- Os problemas respiratórios e alérgicos (julho)
- A obesidade, a má alimentação e formas de levar uma vida mais saudável (agosto)
- Gastrites e úlceras (setembro)
- O sedentarismo e a prática de atividades físicas (outubro)
- Lesão por Esforço Repetitivo/LER (novembro)
- A meditação e o relaxamento (dezembro)
- A importância de uma boa qualidade do sono (janeiro/2013)



Encontro da Capacitação em Terapia Comunitária Integrativa: professores falam sobre as suas inquietações

MUNICÍPIO DE PACATUBA ATUA NA PREVENÇÃO

Na região nordeste do Ceará, programa de terapia comunitária integrativa resgata a autoestima de professores e contribui para diminuir conflitos no ambiente escolar

Em Pacatuba (CE), um trabalho de terapia comunitária integrativa contribui para melhorar a autoestima de trabalhadores da rede municipal de ensino. Promovida pela Secretaria de Educação do município com realização do Centro de Estudos da Família e da Comunidade, a Capacitação em Terapia Comunitária Integrativa com Ênfase na Educação começou em setembro de 2011, é desenvolvida em 28 escolas da cidade e também tem o apoio do Movimento Integrado de Saúde Mental e Comunitária do Ceará.

O ponto-chave do programa é capacitar 35 educadores até março de 2012, entre professores e gestores, para atuarem como terapeutas comunitários. “A formação os habilita na prática da terapia comunitária que vai ser trabalhada na escola, estando aberta à comunidade em geral, aos pais, alunos, outros professores e demais funcionários da rede municipal de ensino”, explica a psicóloga Miriam Rivalta Barreto, coordenadora do Centro de Estudos da Família e da Comunidade e responsável pela capacitação. “É a primeira formação em terapia comunitária integrativa no Brasil com ênfase na educação”, destaca.

A roda de terapia representa um espaço para as pessoas desabafarem sobre suas angústias, medos, inseguranças, dilemas e

preocupações do cotidiano, nas dimensões profissional e familiar. Até o final de 2012, os 35 profissionais em formação criarão em torno de 12 equipes e cada uma delas irá realizar 48 rodas de terapia, que têm duração de aproximadamente uma hora e meia e atende, em média, 25 pessoas.

As reuniões não substituem o trabalho de especialistas – como psicólogos, por exemplo –, mas mudam a vida do público beneficiado. “A prática de terapia, por si só, já alivia, tira bastante a tensão e o estresse. Os educadores falam: ‘trouxe alívio’, ‘me sinto mais leve para fazer o meu trabalho’, ‘me sinto mais seguro’ e ‘compreendo melhor o outro, porque estou compreendendo melhor a mim mesmo’”, relata Miriam, que tem especialização em Terapia Familiar e Psicopedagogia e mestrado em Psicologia Social.

E os próprios terapeutas comunitários estão modificando sua maneira de pensar e agir. Euda Monteiro Ferreira, diretora da Escola Ana Albuquerque Campos, integra esse grupo. Ela é diretora educacional no município há 15 anos e diz que se esse trabalho tivesse sido realizado há alguns anos, muitos problemas registrados nas escolas poderiam ter sido amenizados. “De três meses para cá, eu amadureci uns cinco anos como pessoa. Você reflete muito sobre a sua vida, passa a conhecer o outro e

a respeitá-lo. A coisa mais importante para mim está sendo elevar a autoestima do outro”, comenta. A capacitação também ajuda Euda no seu papel de gestora. “A ‘carga’ é grande, a gente lida com pessoas de vários comportamentos, mas a gente vai tentando fazer com que elas compreendam que o ser humano precisa ser tratado de forma respeitosa e aceitar as diferenças.”

O grupo trabalhado por Euda na escola é formado por alunos do 9º ano do ensino fundamental e por educandos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Já é possível perceber reflexos das conversas na sala de aula. “Aumentou a autoestima dos alunos, que tiveram espaço para se aproximar mais do professor. Melhorou muito a relação professor-aluno.”

Outro ponto favorável do programa é a aproximação entre os pais e as escolas. Liduína Cavalcante, coordenadora do Núcleo de Abordagem Sistêmica da Secretaria de Educação de Pacatuba, lembra que o desinteresse do aluno e das famílias é uma das principais causas de estresse dos docentes. “Hoje em dia, os pais não acompanham [a educação dos filhos] e isso gera uma responsabilidade bem maior em cima do professor. Com isso ele vai se estressando. Mas quando o professor recebe esse conhecimento que é trabalhado com a terapia comunitária e a autoestima, ele já vai trabalhar [essas questões] na reunião de pais, que vão fazer um acompanhamento junto aos filhos, e tudo isso vai melhorando as relações.”

A coordenadora acredita que o programa contribui para evitar novas faltas e licenças por problemas de saúde. “Quando a gente olha para o nosso grupo, tinha professor que era revoltado, que não se abria e que faltava. Agora o professor não é mais aquela pessoa que não participa; é mais envolvido e se abre para conversar. Tinha muito professor que tirava licença porque estava estressado, hoje a licença é por outros motivos”, analisa. “Com uma simples troca de ideias, os professores puderam perceber que não é necessário que aconteça esse estresse, que não precisam logo se automedicar”, completa a diretora Euda.

A Capacitação em Terapia Comunitária Integrativa com Ênfase na Educação também começou a ser realizada recentemente em Aratuba, na zona rural e urbana do Ceará. ■